





## **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2015**

### **Presidente**

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

### **Vice-Presidente**

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

### **Corregedor**

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

### **Conselheiros**

Conselheiro Antonio Roque Citadini  
Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues  
Conselheiro Renato Martins Costa  
Conselheiro Robson Marinho

### **Audidores Substitutos de Conselheiro**

Samy Wurman  
Alexandre Manir Figueiredo Sarquis  
Antonio Carlos dos Santos  
Josué Romero  
Silvia Monteiro  
Valdenir Antonio Polizeli  
Márcio Martins de Camargo

### **Ministério Público de Contas (MPC)**

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral  
Celso Augusto Matuck Feres Junior  
Elida Graziane Pinto  
João Paulo Giordano Fontes  
José Mendes Neto  
Leticia Formoso Delsin  
Rafael Antonio Baldo  
Renata Constante Cestari  
Thiago Pinheiro Lima

### **Secretário Diretor-Geral**

Sérgio Ciquera Rossi

### **Diretor Técnico de Departamento - DGA**

Carlos Eduardo Correa Malek



## SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO .....	7
2.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL.....	8
3.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL....	9
4.	JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO .....	9
5.	JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS .....	10
6.	CORPO DE AUDITORES .....	10
7.	DECISÕES SINGULARES .....	10
8.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - MPC.....	10
9.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE.....	10
10.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL.....	11
10.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG.....	11
10.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e, Jurisprudência (SDG-4).....	12
10.1.2.	DSF's I e II .....	12
10.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica – ATJ.....	12
10.1.4.	Centro de Apoio Estratégico da Fiscalização – CAEF .....	12
10.1.5.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP .....	13
10.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO .....	13
10.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças.....	13
10.2.1.1.	Planejamento e Orçamento.....	13
10.3.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA .....	24
10.4.	OUVIDORIA .....	25
10.5.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	26
10.6.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL .....	26
10.7.	REVISTA DO TCE .....	26
10.8.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	27
10.9.	CERIMONIAL .....	27
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores).....	8
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores) .....	9
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas Correntes .....	16
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas de Capital .....	17
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas Correntes .....	18
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas de Capital.....	19
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Empenhado – Despesas Correntes .....	20
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Empenhado – Despesas de Capital .....	21
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Realizado – Despesas Correntes .....	22
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Realizado – Despesas de Capital.....	23



## APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas, no decurso do **quarto trimestre** do exercício de 2015.

No Relatório estão abrangidas as atividades relacionadas com a ação da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e seus Municípios, exceto o da Capital, bem como, os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

No 4º trimestre deste ano, o TCE apresentou, a gestores públicos e à sociedade, em evento realizado em outubro, os dados e resultados relativos ao primeiro levantamento do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) – Ano Base 2014 - indicador concebido pela Corte de Contas paulista com vistas a monitorar a eficácia das políticas públicas implantadas pelos gestores nas cidades paulistas.

Composto por 7 (sete) índices temáticos, consolidados em um único indicador, o IEGM reúne informações dos setores de Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Proteção ao Meio Ambiente, Cidadãos e Tecnologia da Informação. Os dados foram consolidados em um Anuário e Relatório de Desempenho Municipal, que enquadra o desempenho dos municípios em 5 faixas de classificação conforme sua efetividade e adequação.

Os resultados do primeiro levantamento estão à disposição para consulta e acesso do cidadão em um site infográfico e também em forma de aplicativo desenvolvido para celulares/tablets, por meio do qual o usuário pode verificar a situação de seu município, as ações promovidas pela Prefeitura, além de interagir, fiscalizar, e até mesmo apresentar denúncias diretamente ao Tribunal de Contas.

O IEGM também foi tema do **Seminário “Jornadas Científicas do IRB”**, evento realizado em parceria com o Instituto Rui Barbosa em novembro, e que contou com a participação de servidores da Corte, bem como de outros Tribunais de Contas, além de Gestores, Secretários, pesquisadores e ONG's.



Destaco, adicionalmente, o lançamento de três ferramentas disponibilizadas em nosso Portal Institucional, desenvolvidas para incentivar o cidadão a exercer o controle social dos gastos públicos.

A primeira delas é o **Infosite Pareceres**. A plataforma apresenta um mapa interativo do Estado e, para cada cidade, além da situação das contas municipais frente ao TCE, também disponibiliza dados do município em tela - nome do Prefeito, percentual de aplicação no Ensino e na Saúde, totalidade das despesas efetuadas com pessoal, e valores e percentuais de déficit ou o superávit orçamentário.

A segunda ferramenta é a nova versão do **Portal da Transparência Municipal**. Repaginado, o sistema permite ao cidadão consultar, em local centralizado, diversas informações inerentes aos municípios, como receitas arrecadadas, gastos com saúde per capita, despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida, despesas com gêneros alimentícios e combustíveis utilizados na Educação.

Por fim, o **SisPUSH, Sistema de Notificação e Acompanhamento de Processos**, por meio do qual qualquer cidadão ou órgão jurisdicionado poderá ter livre acesso a todas as informações de interesse, bastando para tanto cadastrar-se no Sistema.

O “SisPUSH” - além de representar avanço inédito na transparência de atos da administração pública - será especialmente, para as Câmaras Municipais, instrumento de permanente acompanhamento da gestão do município, principalmente no que diz respeito a edição de todos os Alertas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e expedidos pelo Sistema AUDESP deste Tribunal.

Tais plataformas tecnológicas vêm ao encontro dos anseios da sociedade, que clama pela transparência da gestão pública e o acesso à informação.

**Cristiana de Castro Moraes**  
**Presidente**



## 1. CORPO DIRETIVO

No dia 30 de janeiro de 2015, tomaram posse para o mandato de um ano, os Conselheiros **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**, Presidente, **DIMAS EDUARDO RAMALHO**, Vice-Presidente e, **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

### TRIBUNAL PLENO:

- Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE**
- Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO – VICE-PRESIDENTE**
- Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - CORREGEDOR**
- Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
- Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
- Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**
- Conselheiro **ROBSON MARINHO - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de** Conselheiro conforme abaixo:
  - 11/05/2015 a 08/08/2015**
    - o **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**
  - 10/08/2015 a 07/11/2015**
    - o **SAMY WURMAN**
  - A partir de 09/11/2015**
    - o **SILVIA MONTEIRO**

### PRIMEIRA CÂMARA:

- Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO – PRESIDENTE**
- Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
- Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

### SEGUNDA CÂMARA:

- Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**
- Conselheiro **ROBSON MARINHO- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de** Conselheiro conforme abaixo:
  - 11/05/2015 a 08/08/2015**
    - o **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**
  - 10/08/2015 a 07/11/2015**
    - o **SAMY WURMAN**
  - A partir de 09/11/2015**
    - o **SILVIA MONTEIRO**
- Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

O colegiado do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), durante realização da 1ª Sessão Especial do Pleno, no dia 09/12/2015, às 10h00, no auditório nobre 'Professor José Luiz de Anhaia Mello', elegeu, por unanimidade, o **Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho** para presidir as atividades da Corte de Contas paulista durante o ano de 2016, em sucessão à **Conselheira Cristiana de Castro Moraes**, atual Presidente. Também por decisão unânime, foram eleitos o Vice-Presidente e o Corregedor da Corte de Contas paulista.

No próximo exercício o **Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo** responderá como Vice-Presidente, enquanto a Corregedoria ficará a cargo do **Conselheiro Renato Martins Costa**.



## 2. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 4º trimestre de 2015, foram distribuídos aos julgadores **1.061** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

<b>MATÉRIA</b>	<b>TOTAL</b>
ACESSÓRIO - 1 ORDEM CRONOLÓGICA	1
ACESSÓRIO - 1 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	2
ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO	1
ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO	2
AUXÍLIOS – SUBVENÇÕES - CONTRIBUIÇÕES	1
BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO	1
CONSULTA	5
CONTAS DE CÂMARA MUNICIPAL	1
CONTAS MUNICIPAIS	3
CONTRATO	170
CONVÊNIO – REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA	1
ESPORÁDICO	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA - CONVÊNIO	47
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - CONTRATO DE GESTÃO – TERMO DE PARCERIA – CONVÊNIO.	19
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR – AUXÍLIOS – SUBVENÇÕES - CONTRIBUIÇÕES	8
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - CONTRATO GESTAO	41
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE PÚBLICO TERCEIRO SETOR - TERMO DE PARCERIA	7
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS – AUXÍLIOS – SUBVENÇÕES - CONTRIBUIÇÕES	21
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - CONVENIO	100
PRESTACAO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO	58
RECURSO ORDINARIO	525
RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO	2
REPRESENTAÇÃO	19
RESCISAO DE JULGADO	14
REVISAO DE JULGADO	11
<b>TOTAL DE PROCESSOS FÍSICOS DISTRIBUÍDOS</b>	<b>1.061</b>



### 3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 4º trimestre de 2015, foram distribuídos **3.176** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

ELETRÔNICOS – OUTUBRO A DEZEMBRO - 2015									
MATÉRIA	RELATOR						Gabinete Presidência	Corpo de Auditores	TOTAL
	Cons. ARC	Cons. ECR	Cons. RMC	Cons. RRM	Cons. DER	Cons. SEB			
EXAME PRÉVIO DE EDITAL	76	74	70	82	77	80	0	0	<b>459</b>
PESSOAL	25	15	26	32	33	28	0	984	<b>1143</b>
REPRESENTAÇÃO	3	3	6	1	6	7	0	0	<b>26</b>
CONTRATO	71	100	82	81	68	97	3	180	<b>682</b>
RECURSOS	5	8	10	8	12	19	12	1	<b>75</b>
RECURSOS PÚBLICOS	23	28	24	23	18	20	0	268	<b>404</b>
INOMINADO	18	29	23	34	33	29	40	11	<b>217</b>
AÇÕES	0	0	0	0	0	0	6	0	<b>6</b>
BALANÇO GERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
APARTADOS	0	0	0	1	0	0	0	122	<b>123</b>
CONTROLE DE PRAZO	3	3	2	3	4	2	0	14	<b>31</b>
TOMADA DE CONTAS DE PREVIDÊNCIA	0	0	0	0	0	0	0	10	<b>10</b>
<b>TOTAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DISTRIBUÍDOS</b>									<b>3.176</b>
<b>TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS</b>									<b>4.237</b>

### 4. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 4º trimestre do presente exercício, foram realizadas **07 Sessões Ordinárias** e **01 Sessão Especial**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **589 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **379 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **5 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



## 5. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas reuniram-se **08 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **842 processos pela Primeira Câmara e 785 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

## 6. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 4º Trimestre de 2015 tramitaram pelo Corpo de Auditores **4.421 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. No mesmo período, **1.376 autos** receberam julgamento, enquanto **781** foram objeto de despacho de diferimento.

## 7. DECISÕES SINGULARES

No 4º trimestre de 2015 foram proferidas **1.635 sentenças singulares**. Destas, **259** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, enquanto **1.376** pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

## 8. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **16.941 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

## 9. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 4º Trimestre de 2015, a P.F.E se manifestou em **2.060 feitos**.



## 10. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

### 10.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, se manifestou em **1.362** processos.

Além disto, objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Senhor Secretário-Diretor exarou **12 comunicados** destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e estão disponíveis na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

Número	Matéria
52/2015	Comunicado Nº 52/2015 - Implantação do Sistema de Contas Estaduais - SisCOE
51/2015	Comunicado Nº 51/2015 - Calendário AUDESP 2016
50/2015	Comunicado Nº 50/2015 - Relação de órgãos proibidos de novos recebimentos
49/2015	Comunicado Nº 49/2015 - Lançamento do SisCOE
48/2015	Comunicado Nº 48/2015 - Piloto - Fase III do Sistema Audesp
47/2015	Comunicado Nº 47/2015 - Prestação de contas do exercício de 2014
46/2015	Comunicado Nº 46/2015 - Relação de Apenados
45/2015	Comunicado Nº 45/2015 - Fase III do Sistema Audesp
44/2015	Comunicado Nº 44/2015 - Audesp
43/2015	Comunicado Nº 43/2015 - Sistema de Delegações de Responsabilidades -
42/2015	Comunicado Nº 42/2015 - Piloto SISCOE
41/2015	Comunicado Nº 41/2015 - Processos julgados no 3º trimestre

### 10.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e, Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, bem assim, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **2.595 processos**, dos quais **190** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **1.360 certidões**. Desse quantitativo, **23** foram requisitadas via protocolo do TCE-SP (Sede e Regionais) e **1.337** via INTERNET.

### 10.1.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **12.472 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

### 10.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **6.699 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

### 10.1.4. Centro de Apoio Estratégico da Fiscalização – CAEF

Subordinado, também, à SDG, ao CAEF cabe a administração e provimento de condições técnicas e operacionais a fiscalização e a conseqüente relação com os jurisdicionados.

No trimestre, o Centro de Apoio Estratégico deu continuidade às ações relacionadas a programas e bancos de dados necessários para cumprimento dos objetivos, com ênfase aos seguintes: Tabela de Órgãos Fiscalizados, Planejamento e Controle da Fiscalização – PFIS, e cadastramento e acompanhamento dos dados abertos do TCE-SP no *site* do Governo Aberto-SP. A seção também atuou no desenvolvimento do novo Portal de Transparência do TCE-SP, em fase de elaboração.

Destaca-se, também, a atuação da área na elaboração da nova versão do Portal da Transparência Municipal.

### 10.1.5. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema aumentou a agilidade nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No quarto trimestre de 2015 a Divisão de Auditoria Eletrônica – AudeSP efetuou **843 atendimentos** por meio de e-mails e **1.068** por telefone, que alcançaram questões referentes ao próprio Sistema AUDESP, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal, recentemente lançado por este Tribunal.

## 10.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, se manifestou em **2.228** processos.

### 10.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

#### 10.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014, que "*Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2015*", foi elaborado em observância à Lei nº 15.549, de 30 de julho de 2014 que "*Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2015*".

A dotação para as despesas deste Tribunal de Contas do Estado foi fixada em **R\$ 644.709.305,00**, sendo **R\$ 640.637.474,00** para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos e **R\$ 4.071.831,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 15.549/14), o Decreto n.º 61.061, de 16 de janeiro de 2015, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2015) e a Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-001, de 21 de janeiro de 2015.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2015 (Decreto n.º 61.061/2015) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Foram autorizadas, durante o presente exercício, antecipações de quotas no Grupo de Despesas de Pessoal e Encargos, através de reduções na quota de dezembro, que totalizam **R\$ 76.346.000,00** e a consequente suplementação nas quotas de janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro com valores de **R\$ 4.891.000,00**, **R\$ 1.851.000,00**, **R\$ 1.270.000,00**, **R\$ 1.150.000,00**, **R\$ 1.611.000,00**, **R\$ 2.700.000,00**, **R\$ 2.200.000,00**, **R\$ 1.900.000,00**, **R\$ 4.500.000,00**, **R\$ 18.350.000,00** e **R\$ 35.923.000,00** respectivamente.

No tocante às autorizações de créditos automáticos, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da **Fonte-3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE**, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, no valor total de **R\$ 8.343.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO – da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

- 1 – SAO nº 02001/2015-4-0005**, concluído em abril, no valor de **R\$ 2.000.000,00**;
- 2 – SAO nº 02001/2015-4-0010**, concluído em junho, no valor de **R\$ 1.800.000,00**, ambos para atender despesas com projeto JAVA, sob responsabilidade da PRODESP, totalizando **R\$ 3.800.000,00** até o final do exercício;
- 3 – SAO nº 02001/2015-4-0011**, concluído em julho, no valor de **R\$ 63.000,00**, para atender despesas com o reajuste de preços do contrato com a Atlas Schindler S/A que executa a obra de modernização e substituição de elevadores do prédio Anexo I;
- 4 – SAO nº 02001/2015-4-0015**, concluído em agosto, no valor de **R\$ 330.000,00** visando a contratação de empresa para desenvolvimento de software (fábrica de software);
- 5 – SAO nº 02001/2015-4-0019**, concluído em setembro, no valor de **R\$ 2.350.000,00** para aquisição de notebooks para Regionais;
- 6 – SAO nº 02001/2015-4-0022**, concluído em outubro, no valor de **R\$ 300.000,00** para aquisição de material de consumo.
- 7 – SAO nº 02001/2015-4-0024**, concluído em outubro, no valor de **R\$ 1.500.000,00**, visando a elaboração de projetos e estudos para construção das regionais de Andradina e Ituverava, assim como contratação de solução integrada de hardware.